

QUESTIONANDO A POBREZA NAS FRONTEIRAS DO DESENVOLVIMENTO

AMAZÔNIA BRASILEIRA E BOLIVIANA¹

ANTÔNIO A R IORIS

RESUMO *Este artigo examina como interações socioambientais contemporâneas na região amazônica carregam ainda marcas de antigas e novas formas de injustiça e desigualdade. O bioma amazônico abriga desigualdades e assimetrias que vão da escala local à regional, chegando à internacional. Nesse contexto, riqueza e pobreza emergem a partir da apropriação e da transformação de ecossistemas florestais. A pobreza é uma condição de necessidades não satisfeitas, tanto materiais, quanto sociopolíticas, causada pela combinação de mecanismos de exploração, alienação e exclusão. Igualmente, ela é produto de modelos hegemônicos de desenvolvimento e manejo ambiental que reforçam, sistematicamente, o controle social e a exclusão política. Instrumentos governamentais e investimentos em infraestrutura atraíram diferentes contingentes de pessoas rumo à Amazônia, dos quais, a maioria não teve acesso aos benefícios do processo de desenvolvimento. Este artigo recorta duas áreas geográficas no Brasil e na Bolívia e os resultados empíricos demonstram que as políticas de desenvolvimento e a perpetuação da pobreza na região amazônica não acontecem ao redor ou fora da floresta, mas sim dentro e ao longo dela. As principais conclusões da pesquisa são de que o desenvolvimentismo é baseado em estratégias anti-ecológicas; que a pobreza é o resultado de políticas dominantes exercidas contra o socioambiente, junto ao fracasso sistemático de programas voltados à redução da pobreza; e finalmente, que a interação profunda com os ecossistemas florestais é central para a geração de conhecimento e resistência política.*

PALAVRAS-CHAVE *Conflitos Socioambientais, Redução de Pobreza, Economia Política, Ecologia Política, Recursos Naturais, Ecossistemas, Brasil, Bolívia.*

ABSTRACT *This article examines how contemporary socionatural interactions in the Amazon region carry the imprint of old and new forms of injustice and inequality. Amazonian ecosystems end up playing host to inequalities and asymmetries reaching from local to regional and international scales. In this context,*

¹ O autor agradece o suporte da equipe editorial, o trabalho dos revisores e, em especial, a tradução do original em inglês pela Dra. Thais Tartalha. Também reconhece, com muita gratidão, o auxílio financeiro por parte do fundo de pesquisa britânico *Ecosystem Services for Poverty Alleviation* (ESPA) e a parceria dos colegas, colaboradores e auxiliares de pesquisa brasileiros, bolivianos e britânicos. Obrigado finalmente a Jenny Johnston (University of Aberdeen) pela preparação do mapa.

poverty and affluence come about through the appropriation and transformation of forest ecosystems. Poverty is a condition of unfulfilled needs, both material and socio-political, caused by combined mechanisms of exploitation, alienation and exclusion. It is a direct product of the prevailing models of development and environmental management that systematically reinforce hardship and destitution. Governmental instruments and infrastructure investment have attracted different contingents of people to the Amazon, most of whom have benefitted only minimally from the development process. This article focuses on two geographical areas in Bolivia and Brazil, and the empirical results demonstrate that the politics of development and the perpetuation of poverty in the Amazon region happen not around or outside the forest, but with and through the forest. The main conclusions of the research are that development is based on anti-commons strategies, that poverty is the outcome of political hegemonies exercised over socionature and the systematic failure of poverty alleviation schemes, and that close interaction with forest ecosystems is central to the generation of knowledge and political resistance.

KEYWORDS Socioenvironmental Conflicts, Poverty Alleviation, Political Economy, Political Ecology, Natural Resources, Ecosystems, Brazil, Bolivia.

INTRODUÇÃO

A floresta nos dá muitas coisas. Muitas riquezas que estão lá nós podemos usar. Nós podemos apanhar as frutas... mas tem um problema com a “pobreza” como eles dizem, que são os planos do governo. Nosso governo não se preocupa conosco e os capitalistas não nos ajudam. Então isso realmente nos afeta, pois precisamos de muitas coisas na nossa região porque sofremos, não por causa da floresta, mais por conta da saúde e educação de que precisamos aqui. Porque precisamos de ajuda na área da saúde e da educação. Se o governo prestasse um pouco mais de atenção em nós... nós não somos pobres, apenas temos baixa renda. Se o governo se preocupasse um pouco mais conosco, nós poderíamos melhorar as coisas, e sermos melhores no futuro (entrevista com Ivanira Vieira, Pará, Brasil).

Eu gosto da floresta, estar com as plantas e os animais, este é meu destino. A vida está na floresta, nós apenas temos dificuldade com as estradas. (...) Eu não confio na política

do atual governo de dar terra [para imigrantes de outras partes da Bolívia]. Eu tenho medo de que isso vá fracassar. Eles estão obrigando as pessoas a plantar e criar animais em quatro ou cinco hectares e eles vão acabar por perder suas castanheiras e outras árvores. Eu preferiria que não houvesse criadores de gado em Bolpebra, só castanheiras e fazendas de seringa. Nós manteríamos nossa floresta e os animais selvagens. Para melhorar nossa qualidade de vida, nós precisamos de uma carpintaria e uma serraria maior, e então nós poderíamos exportar móveis ao invés das torras de madeira. Nós não queremos ser como as companhias que tiram e levam caminhões de madeira. (...) As companhias extraíram madeira e nunca nos pagaram. O pior é que eles destruíram rios, árvores e muitos espécimes. É como fazer uma ferida na floresta. Isso é o que as companhias deixam quando elas tiram madeira. As companhias são as inimigas dos pequenos agricultores (entrevista com Emilio Castro, Pando, Bolívia).

Os excertos acima, colhidos de pessoas que vivem em comunidades rurais na região amazônica, exemplificam como as definições e o entendimento do que seja pobreza podem variar, e também como é absurdo que a pobreza ainda exista mesmo em regiões com tão rica biodiversidade, largas porções de terra e recursos abundantes. Do mesmo modo, sugerem uma profunda conexão entre as estratégias de sobrevivência, os ecossistemas florestais, e a identidade comunitária; todos sob ameaça com as mudanças e os fracassos no desenvolvimento econômico e as transformações que acontecem em múltiplas escalas e vastas áreas geográficas na região. Atualmente, a região amazônica é uma das mais disputadas fronteiras de avanço da modernidade ocidental sobre territórios, pessoas e ecossistemas, os quais anteriormente não chegavam a ser alcançados pelo mercado de massa. Os programas de desenvolvimento adotados nos últimos anos vêm demandando uma intensa e crescente exploração de minerais, madeira, água, biodiversidade, entre outros, junto com

a expansão de áreas agropecuárias e a construção de barragens para hidrelétricas gigantes (tal qual a controversa Belo Monte, no baixo Rio Xingu, no estado do Pará). Principalmente a intensa atividade do agronegócio na região desde a década de 70 converteu grandes porções de áreas de florestas da Amazônia a fazendas de gado ou plantação de soja, além de cidades que crescem sem parar. Contudo, justamente porque a maioria da população da região pouco teve acesso a essas transformações que incluem a Amazônia na agenda de desenvolvimento nacional, ficam algumas questões fundamentais: Se as promessas de desenvolvimento se mostraram falsas, que participação tem a floresta na criação da pobreza? Pode a floresta ser um elemento de redução da pobreza, ou a tendência de empobrecimento e marginalização continuam? Quais são as causas essenciais da pobreza e as fontes de empobrecimento?

A pobreza – definida como a condição segundo a qual as necessidades materiais e sociopolíticas não são atendidas por uma combinação de mecanismos de exploração, alienação e exclusão – não pode ser entendida simplesmente como o resultado de práticas de desenvolvimento ruins ou uma falha em incluir grupos carentes no essencialmente benéfico processo de desenvolvimento (é assim que a pobreza é tipicamente descrita em documentos oficiais e interpretações convencionais). Ao contrário, o modelo predominante de desenvolvimento sistematicamente reforça a miséria e a destituição como elemento a corroer a floresta. A pobreza precisa ser entendida como um fenômeno relacional que emerge de uma configuração particular de atividades produtivas e da alocação autoritária de oportunidades e resultados econômicos (IORIS, 2015).

Um componente essencial da transformação iniciada na região amazônica na segunda metade do último século tem sido a pobreza. Ela é o lado sombrio da acumulação acelerada de riqueza e da exportação de produtos e commodities². A pobreza nada mais é do que a escassez induzida pelo desenvolvimento

² Povos indígenas e outras populações tradicionais e locais que viviam na Amazônia antes do “tempo do desenvolvimento” certamente não eram pobres. Eles talvez não tivessem todas as ferramentas e produtos da sociedade atual, mas suas condições permitiam satisfazer suas necessidades e ter maior nível de igualdade entre as pessoas e grupos (essa observação é feita, certamente, sem nenhum romantismo sobre o passado geográfico da região [pré-1960], que era repleto de violência e tinha seus próprios problemas, no entanto, essa discussão está fora do escopo deste texto).

(YAPA, 1993) e, no limite, ela reverbera em negação de acesso à justiça (GEORGE, 1979). Ela acaba por ser reforçada devido à uma relação direta entre a conversão de ecossistemas florestais em produtos comercializáveis com valor financeiro, capaz de gerar riqueza rápida. O problema central é a transformação da complexa socioecologia da Floresta Amazônica em uma plataforma de acumulação do capital e do exercício de políticas autoritárias. O desenvolvimento na região amazônica se desenrolou como transformação de extensas áreas de floresta em paisagens de pobreza onde a perspectiva de melhora de vida para a maioria da população é constantemente solapada. E não apenas isso, mas também a viabilidade dos ecossistemas florestais no longo prazo é cada vez mais incerta. “A terra, enquanto não é explorada como meio de produção, não é um capital. A terra capital pode ser aumentada do mesmo modo como todos os outros instrumentos de produção. (...) *A terra capital não é mais eterna do que qualquer outro capital*” (MARX, 1956, p. 185, grifo nosso).

Dado esse cenário, este artigo procura contribuir com o entendimento das causas da pobreza na região amazônica a partir de uma perspectiva geográfica. Interações entre sociedade e natureza carregam as marcas de velhas e novas formas de injustiça, que são os motores centrais que moldam as paisagens de acordo com o jogo do poder político. Nesse ínterim, a pobreza é um fenômeno socioecológico que é dinamicamente conectado com as desigualdades e injustiças gestadas no processo de desenvolvimento. Instrumentos governamentais (tais como crédito, subsídios e doação de porção de terras) e investimentos na infraestrutura (na forma de estradas, portos, galpões e silos) atraíram distintos contingentes populacionais para a região amazônica, sendo que apenas uma minoria realmente se beneficiou do processo de desenvolvimento. O resultado final é uma Amazônia de grande biodiversidade permeada igualmente por desigualdades e assimetrias que perpassam desde as escalas

locais e regionais até a escala internacional. Riqueza e pobreza são constituídas por meio da apropriação da floresta, que tem um papel primordial na criação de diferenças sociais. Este artigo vai examinar as bases e gênese da pobreza em duas áreas da região amazônica, uma na Bolívia e outra no Brasil, abordando as questões acima pela perspectiva de grupos que foram apenas minimamente beneficiados pelo desenvolvimento.

Resultados empíricos mostram que as políticas de desenvolvimento e a pobreza na Amazônia acontecem não no entorno ou fora da floresta, mas ao contrário dentro e ao longo da floresta. Os ecossistemas florestais também são atores centrais em todo o processo de diferenciação social e resistências. Os três principais resultados de pesquisa serão apresentados nas próximas páginas: as causas essenciais da pobreza (em especial as pressões contra os bens comuns [*commons*]); a pobreza como advinda do exercício de hegemonias políticas e o fracasso de mecanismos oficiais de redução da pobreza; uma forma alternativa de pensar sobre a pobreza e os pobres. Contudo, antes disso é necessário descrever as áreas de estudo e explicar a metodologia usada.

ÁREAS DE ESTUDO E ABORDAGEM METODOLÓGICA

O exame das causas efetivas da pobreza em um ecossistema tão rico, e das reações criativas a elas é baseado em pesquisas conduzidas entre 2010 e 2011 no baixo Tapajós, no estado do Pará (no entorno da cidade de Santarém), no Brasil, e no Departamento de Pando (no entorno da cidade de Cobija), na Bolívia (Figura 1). Uma pesquisa comparativa entre as duas áreas visou revelar a dinâmica do desmatamento, os mecanismos de distribuição de poder e a execução e a formulação de políticas nos campos da pobreza e do meio ambiente. O ponto de partida foi o reconhecimento de que a pobreza é um fenômeno com especificidade local que reflete diretamente influências externas, particularmente o estilo de vida esbanjador dos países ricos e a

intervenção de seus governos (POGGE, 2008). Principalmente, a pobreza crônica é uma relação sociopolítica mais do que uma condição de escassez de acesso aos meios (BEBBINGTON, 2007). Por esse motivo, esta pesquisa exigiu um estudo sistemático das interconexões entre mudanças ambientais e experiências cotidianas de dificuldades nas comunidades estudadas. Acrescente-se igualmente uma heterogeneidade significativa entre os padrões de uso da terra e na capacidade de adaptação dos agricultores e pequenos proprietários na região amazônica (TOILLIER et al., 2011).

Figure 1 – The Two Study Areas in the Amazon of Brazil and Bolivia



O Departamento de Pando se localiza na região norte da Bolívia, é a região menos populosa e mais tropical do país, e tem altos níveis de pobreza, que afetam a maioria dos habitantes. Pando tem áreas significativas cobertas por floresta, e por muito

tempo manteve taxas de desmatamento relativamente baixas. Contudo, recentemente a região vem sendo o alvo de pressões para aumento das áreas agricultáveis, abertura de novas áreas e expansão de atividade de agricultura comercial, extração de madeira e pecuária. Os problemas do departamento reverberam os problemas nacionais dentre os quais a desigualdade persiste, mesmo com o crescimento econômico contínuo no período entre 1976 e 2007 (PNUD, 2010). Desde 2006, o governo central da Bolívia tem adotado uma posição política “revolucionária” e tentado redistribuir os recursos e benefícios econômicos entre toda a população. No entanto, a tradução desse novo discurso em melhorias concretas na vida das pessoas ainda está por acontecer, em particular nas áreas rurais e mais remotas do país. Durante a última década as políticas governamentais encorajaram pequenos agricultores a mudar da região das montanhas bolivianas para a Floresta Amazônica, criando uma série de tensões entre antigos e novos habitantes da floresta (disputas entre grupos pobres). Planos comuns, nas palavras do vice-presidente e teórico da nova administração (GARCÍA LINERA, 2012), têm sido restringidos por modelos de produção capitalistas pré-existentes e os resquícios da estrutura de poder estatal patrimonialista (patrimônio privado e paternalista) que ainda resiste nos setores mais conservadores do país. Grupos de produtores do agronegócio vêm estabelecendo alianças com companhias estrangeiras e governos do norte global e algumas vêm se beneficiando indiretamente da atividade de ONGs ambientais (que contribui para a geração de uma forma extraterritorial de “mais valia ambiental”, de acordo com García Linera, 2012, p. 88)³. Todavia o governo boliviano tem sido criticado por um pragmatismo e uma tolerância excessiva ao lidar com os setores produtivos em troca da aceitação política que requer para ser possível governar (ZIBECHI, 2009).

O estado brasileiro do Pará é igualmente uma fronteira do desenvolvimento, com uma história de desmatamento em larga escala conectado ao crescimento econômico, desenvolvimento de obras de infraestrutura, grandes ondas migratórias e múltiplas

³ O vice-presidente García Linera (2012, p. 96) reconhece as dificuldades específicas de abordar a pobreza e promover o desenvolvimento na região amazônica ao mesmo que se realiza a preservação do ecossistema (esses conflitos ocorrem, por exemplo, na construção de estradas em parques nacionais e reservas indígenas). No entanto, argumenta que na verdade esse processo vai facilitar a convergência da geografia real da Bolívia com a geografia ideal pensada pelo Estado.

formas de conflito. Sendo que os conflitos fundiários, a violência e a escassez resultam de disputas de poder sobre os abundantes recursos da região. A exploração desses recursos muda sua forma constantemente devido a uma política econômica multifacetada e uma ecologia politizada (SIMMONS, 2004). O agronegócio, a pecuária, a construção de barragens, e a rápida urbanização, se tornaram características marcantes do desenvolvimento regional e, tal qual em outras regiões do Brasil, a pobreza vem diminuindo em anos recentes na Amazônia, muito em virtude do crescimento econômico e das políticas compensatórias. Porém, os pequenos agricultores têm acessado menos benefícios desse desenvolvimento regional por motivos vários, como acesso reduzido a crédito e tecnologia, falta de infraestrutura, e disputas por títulos de terra.

Concomitante a isso, para reduzir a pobreza absoluta (renda per capita de menos de metade do salário mínimo) e erradicar a extrema pobreza (renda per capita de menos de R\$70,00 mensais ou US\$17,53⁴ mensais), o Pará precisa reduzir a pobreza a uma taxa de 2.2% ao ano entre 2009 e 2016 (IPEA, 2010). Nesse cenário, Santarém figura como polo de desenvolvimento regional e uma extensa área produtiva, além de várias áreas de reservas naturais. O município é atualmente conectado com importantes áreas de produção do agronegócio no Pará e no Mato Grosso através da BR-163 (conhecida como Rodovia Cuiabá-Santarém). Adicionalmente, as estatísticas oficiais mostram um declínio da extrema pobreza (renda per capita de menos de R\$70,00 mensais ou US\$17,53 mensais) de 29,42% em 1991 para 14,85% em 2010 em Santarém. Já o percentual da população vivendo na pobreza caiu de 59,5% para 31,07% no mesmo período, ao mesmo tempo que a desigualdade (medida pelo índice de GINI) aumentou, e a participação econômica dos 20% mais pobres passou de 3,47% para 2,16% do PIB municipal (PNUD, 2013).

A metodologia aplicada nesse estudo facilitou a pesquisa sobre os sentidos da pobreza e da vulnerabilidade humana no

⁴ Cotação de fevereiro de 2016: US\$1 = R\$3,992.

contexto local e sua relação com as mudanças ambientais e os mecanismos subjacentes da pobreza e da degradação de ecossistemas. De acordo com Bakker (2010), ainda é difícil estudar a configuração sionatural do mundo (incluindo a dimensão humana e mais-que-humana [*more-than-human*] de uma realidade dinâmica e única) usando os arcabouços conceituais tradicionais, o que significa que nossa pesquisa busca novas abordagens teóricas e metodológicas que sejam capazes de abarcar todas as dimensões da pobreza. Portanto, esta pesquisa considera diferentes materialidades e construções simbólicas sobre o desmatamento em duas áreas, lidando com questões específicas relacionadas à pobreza e ao desenvolvimento. A pobreza não foi considerada como um processo isolado, mas como parte de uma condição mais ampla de exclusão social e explorações múltiplas. A unidade de análise foi a relação entre pessoas, coisas e processos (OLLMAN, 1976).

Uma das maiores contribuições desta pesquisa foi dar voz ao pobre dependente da floresta para que ele pudesse expor suas preocupações sobre a degradação e o desmatamento, tornando possível que este grupo, pessoas responsáveis por pensar e executar políticas públicas, ONGs, e outros grupos sociais pudessem identificar elementos chave que precisam ser tratados em cada uma das áreas de estudo. O estudo utilizou a abordagem da pesquisa-ação participativa, que é, em outras palavras, uma pesquisa colaborativa e engajada, orientada para a mudança social (KINDON et al., 2010). Os métodos de pesquisa incluem: observação participante e visitas às comunidades estudadas; dois workshops regionais (dirigidos a pessoas do governo local, agentes de desenvolvimento comunitários, representantes das comunidades, instituições de pesquisas e ONGs); análise de documentos e políticas; e entrevistas semiestruturadas (um total de 119 entrevistas). Em particular, incluiu interações contínuas com moradores de reservas extrativistas (RESEX) próximas a Santarém, decretadas em 1998, e que abrigam 72 comunidades

rurais. O questionário foi organizado em seis temas principais: trajetória de vida; entendendo pobreza; relação com a floresta; impacto de programas de governo (de forma geral e aqueles anti-pobreza); mobilização política; e estratégias de enfrentamento. As entrevistas foram traduzidas do espanhol e do português para o inglês e então analisadas a partir do *software* NVivo. Em um engajamento contínuo com as pessoas vivendo na e próximas à floresta nas áreas de estudo, aprendemos que para muitos dos moradores locais o conceito de pobreza é associado com urbanização, acesso restrito a oportunidades culturais, falta de espaços de ação política, e a destruição da floresta e dos ecossistemas.

A PRODUÇÃO DA POBREZA E A POBREZA DA PRODUÇÃO

O estudo da interface entre pobreza e desenvolvimento oferece uma oportunidade ímpar de rediscutir as perspectivas de ecossistemas afetados por rápidas transformações socionaturais. Contudo, grande parte das análises acadêmicas realizadas até agora tem sido insular e lhe faltam perspectivas histórico-geográficas mais amplas, falhando, particularmente, em conciliar a política da mudança ambiental com a miríade de efeitos dessa política nos domicílios, comunidades, e relações interpessoais (BARRETT et al., 2011; MINANG; VAN NOORDWIJK, 2013; VADEZ et al., 2008). O desmatamento tem sido entendido como o resultado de políticas de desenvolvimento que estimularam a pecuária, a produção de soja, e a mineração (PACHECO, 2006), ou também uma consequência da migração interna, especulação e disputas fundiárias (ALDRICH et al., 2012), ou ainda a perda do conhecimento tradicional por parte de pequenos agricultores quando eles se envolvem na abertura de grandes áreas ou no comércio madeireiro (COOMES et al., 2011). Um exemplo da dificuldade de se entender a região amazônica foi dado por Euclides da Cunha que, em 1909, depois de uma expedição

oficial à fronteira entre Bolívia, Peru e Brasil argumentou que “o homem, aqui, continua a ser um intruso impertinente” (CUNHA, 2005, p. 4). Em tempos recentes, estratégias de desenvolvimento e programas de redução da pobreza têm demonstrado obstáculos similares, dado que tais estratégias e programas se concentram apenas superficialmente na integração de políticas e no fortalecimento de instituições sociais. Um exemplo emblemático foi o Plano Amazônia Sustentável (PAS) lançado pelo governo brasileiro em 2008. As metas do plano eram ambiciosas, porém elas foram limitadas por antigos vícios como centralização, populismo e subordinação às regras de mercado (SOUZA; FILIPPI, 2010).

Em todo o mundo, estudos abordando a pobreza têm apontado uma tendência similar de reforçar a necessidade de crescimento econômico a partir de uma perspectiva normativa primeiramente (MAWDSLEY, 2007), ou encorajar outros comportamentos de investimento e tomada de risco por parte dos pobres (PECK, 2011). Pessoas necessitadas são vistas tipicamente como passivas, ocupando espaços com problemas claramente definidos, enquanto o crescimento econômico vigoroso e os governos estáveis formam o discurso das metas das principais políticas públicas (POVERTY..., 2013). Como resultado, as causas da pobreza que não se encaixam em tais modelos passam a ser deixadas de lado, e as pessoas com experiências ou vivências de desigualdades conflitantes com o modelo, ou não usuais, passam a ser, conseqüentemente, não assistidas ou não cobertas por essas políticas. Interpretações alternativas vêm buscando oferecer um melhor entendimento da pobreza como um conjunto complexo de práticas e experiências que se desdobram a partir da interação entre a cultura local, oportunidades, e estilos de vida (ALCOCK, 2004; DANZIGER, 2010; ROOM, 1999). As condições materiais do dia a dia também se conectam a formas específicas de conhecimento local, habilidades, e contatos que são valorizados pelos grupos marginalizados (APPADURAI, 2004; LIN; HARRIS,

2010; ROBINSON; OPPENHEIM, 1998).

Sobre essa posição, Lawson et al. (2010) argumentam que a pobreza é produzida em lugares específicos como resultado de relações recíprocas de processos históricos, ecológicos e sociais, sob a influência de novos ciclos de acumulação capitalista. Gray e Moseley (2005), por sua vez, argumentam que o discurso dominante do desenvolvimento (constituído por ideias neo-malthusianas) culpa os pobres pela degradação ambiental (sendo o argumento mais comum o de que os pobres são forçados a usarem os recursos para sobreviver), mas ignora o papel de outros processos, atores e das disputas políticas em várias escalas. Do mesmo modo, Yapa (1996) coloca em discussão a construção discursiva da escassez de recursos como um fenômeno técnico e supostamente neutro ao mostrar as especificidades sociais da escassez e que a produção é algo mais do que simples atividade econômica (a produção é atualmente conduzida por uma rede de relações, e seu entendimento fica distorcido pelo falso reducionismo binário sujeito-objeto, fruto da ciência ocidental). Shubin (2010) adiciona a essa perspectiva a importância da heterogeneidade dos elementos relacionados à pobreza nas áreas rurais e advoga em favor de uma análise de rede capaz de explorar a variedade de práticas, necessidades e experiências de pessoas necessitadas.

No entanto, apesar de a ontologia da pobreza como multifacetada ter sido bem aceita na literatura crítica, as intrincadas relações entre a criação da pobreza e a transformação de ecossistemas dentro de um cenário de rápidas pressões desenvolvimentistas ainda precisam ser melhor entendidas. E esse entendimento envolve examinar como mudanças ambientais contribuem com a exclusão ou a sobrevivência de grupos de baixa renda, tanto quanto a forma como a proteção de ecossistemas florestais ajuda os mais pobres ou legítimas práticas de exclusão. A título de exemplo, na última década o crescimento econômico pode ter ajudado a reduzir o desmatamento na

Amazônia (provavelmente motivado pelo fato de que áreas mais acessíveis e rentáveis já haviam sido tomadas, ao mesmo tempo que o agronegócio incorporou alguns aspectos da agenda conservacionista em favor de seus próprios interesses), porém tanto a desigualdade social quanto a marginalização de grupos de baixa renda continuaram a crescer (WEINHOLD et al., 2013). Evidências da área de estudo mostram como o discurso do manejo florestal influencia a governança florestal, contudo, os benefícios às comunidades locais onde se realiza manejo tendem a ser marginais e irregulares (MEDINA et al., 2009). O mesmo governo que introduz legislações ambientais e estabelece reservas naturais constantemente traz novos incentivos econômicos e constrói novas estradas e obras de infraestrutura que levam a uma consequente concentração fundiária e agrava os conflitos por terra (SIMMONS et al., 2007).

O próprio significado da pobreza para as pessoas que vivem em contato com os ecossistemas florestais difere das interpretações oficiais das organizações nacionais e internacionais. Para as comunidades locais, a cidade não é necessariamente mais rica, apenas diferente. O significado e a conceituação específica da pobreza para aqueles que vivem na floresta amazônica podem ser vistos em várias das entrevistas realizadas nessa pesquisa:

Bem, pobre, para mim, pobreza, para mim, bem, há pobreza e há dificuldade. Hoje nós temos dificuldades, mas não somos pobres. Uma pessoa pobre não tem casa, nenhum teto sobre sua cabeça, esta é uma pessoa pobre. Eu posso não ter nada hoje, mas terei amanhã. Aqui em casa posso não ter nada pela manhã, mas pelo meio-dia eu terei. Se eu não tiver o que eu preciso à tarde, eu vou arrumar um jeito de conseguir na boca da noite. Então nós não somos pobres, os pobres são aqueles que não têm roupas para lhes aquecer, que não têm fonte de renda, quem sai por aí pedindo. Isso é que é ser pobre, nós dizemos, “olhem para ele, pobre coitado”, mas você não diz “olhe o coitado desse pobre rico”. Você sente

dó porque a pessoa é pobre. A palavra “pobre” para mim é muito forte (José Silva, Pará).

A gente é pobre por ser, mas a gente tem as coisas que a gente precisa (Manoel Moreira, Pará).

Ser pobre não significa ser pobre de dinheiro, mas significa ser pobre de... Tapado os olhos de tudo (Viane dos Anjos Castro, Pará).

Pobreza acho que aqui... pode ter pessoas com dificuldades, mas acho que aqui pobreza não se encontra. Tudo mundo leva uma vida, não é boa, mas é mais ou menos... (Rubens dos Santos, Pará).

O fato de acadêmicos, políticos, e aqueles que fazem as políticas públicas, continuamente falharem em tratar as questões socioecológicas no que diz respeito ao processo de produção da pobreza torna ainda mais difícil entender e lidar com aspectos específicos da pobreza em ricos ecossistemas. Contudo, algumas lições importantes foram aprendidas sobre essas profundas interconexões a partir dos resultados de trabalhos empíricos e das estratégias das pesquisas-ação, mencionada acima e que serão mais trabalhadas a seguir.

A BASE NÃO COMUM DO DESENVOLVIMENTO E DA POBREZA

O desenvolvimento, como foi conceituado no período do pós-guerra, é normalmente associado à intensificação da produção de bens e serviços de acordo com os padrões de consumo (e desperdício) das sociedades ocidentais (PEET; HARTWICK, 2009). Acompanhando essa definição, que tacitamente se estabeleceu na comunidade internacional, o desenvolvimento

na região amazônica esteve historicamente representado pela construção de grandes projetos de infraestrutura e operações empresariais, executadas pelo, ou que tiveram apoio do, governo federal. No entanto, diferente da crítica frequentemente feita por ONGs e grupos ambientalistas, o processo de desenvolvimento na Amazônia não é necessariamente antiecológico (isto é, no sentido que essa perspectiva demandaria a destruição da floresta e sua reposição por uma paisagem radicalmente diferente). Ao contrário, o desenvolvimento depende diretamente de enorme número de recursos territoriais e naturais e ricos ecossistemas, e é precisamente a disponibilidade de grandes porções de terra e recursos que faz com que haja a expectativa de uma rápida acumulação de capital por parte de criadores de gado, garimpeiros (e empresas de mineração), empresários (companhias) do agronegócio, madeireiros, construtoras (obras de grande porte como estradas e hidrelétricas, e também construção civil), etc. O processo de desenvolvimento na Amazônia reside não simplesmente no lucro extraído da produção como também na apropriação de diferentes fontes de renda (no sentido ricardiano) nas áreas de mata e de rios. O uso desses setores econômicos se tornou, hoje, um eixo central para a mudança socioecológica e, conseqüentemente, seus impactos negativos têm sido objeto das crescentes regulações ambientais (*mainstream*).

Antes de ser antinatureza o atributo mais danoso do processo de desenvolvimento é seu imperativo modernizador. Isso significa que o modelo dominante de desenvolvimento depende da conversão de porções de terra da floresta amazônica, cujos gerenciamento e posse são coletivos, em propriedades privadas e nas relações advindas desse outro modelo. O avanço da modernidade ocidental combinou o afastamento e o estranhamento cultural (TAUSSIG, 1987) e a uma narrativa de fascinação – incluindo-se aí a ideia de que o Jardim do Éden se localizava no meio da floresta amazônica (HOLANDA, 2000) –, mas essa combinação de imaginários, que orientou a conquista

e a exploração territorial, se acelerou e se tornou muito mais complexa no último terço do século XX. Em contraste com o tempo colonial e o começo do pós-colonial, quando as riquezas da região amazônica eram exploradas e levadas embora, o desenvolvimento contemporâneo exigiu a consolidação da propriedade privada na região e a reorganização das relações sociais em função do poder político advindo das propriedades privadas, da mineração, e das indústrias, ou então em funções de obras e programas estatais que serviram – e servem – para a expansão do capitalismo tais como hidrelétricas, estradas e portos. Tal reorganização contrasta de forma alarmante com a visão de mundo compartilhada por várias das populações tradicionais locais para quem “mesmo as árvores são donas da terra” (entrevista com Vianeí dos Anjos Castro, Pará).

Além do foco na eficiência, estimulado por economistas trabalhando em teorias anti-bens comuns (como por exemplo, HELLER, 1998), o desenvolvimento como processo que exclui usos e práticas tradicionais perpetua a desigualdade e a pobreza, independentemente do nível de conservação e restauração da floresta. Igualmente se utiliza do vocabulário de poder que foi trazido de fora da região e rapidamente se transformou na maior força motriz para a transformação regional. Sendo que a transformação da região sob a influência de políticas de desenvolvimento se desdobra em disputas étnico-raciais-ecológicas e de classe que propagam e reforçam uma geografia da produção da pobreza (ISLA, 2009). Por causa de poderosas pressões contra povos tradicionais, a floresta é brutalmente modificada (tanto em termos simbólicos quanto materiais) de sua condição dinâmica longamente estabelecida, o que leva à emergência de impactos ambientais e explorações sociais.

De maneira que a pobreza é gerada pelo avanço da forma dominante de desenvolvimentismo na região e perpetuada com a circulação e a acumulação de capital que advém da apropriação privada dos ecossistemas florestais. Uma vez que

povos tradicionais não estejam mais protegidos, competidores mais fortes e oportunistas são capazes de excluí-los do acesso aos recursos escassos e previamente partilhados. A dinâmica da negação dos povos tradicionais (e suas práticas) no desenvolvimento da Amazônia é, na verdade, a expressão de um fenômeno maior, no qual os seres humanos são alienados de suas atividades já estabelecidas, juntamente com seu contexto social e sua condição socionatural. Como argumenta Marx (1988, p.83), a propriedade privada é “a expressão material suprema da alienação do trabalho”. Adicionalmente, a propriedade privada contempla tanto a relação de trabalhadores com o trabalho (e com o produto de seu trabalho), quanto a relação de não trabalhadores (os capitalistas) com os trabalhadores e os produtos do trabalho destes últimos. O impacto devastador do crescimento da propriedade privada fica evidente na crescente erosão de práticas de subsistências comunitárias originalmente baseadas em complexos gerenciamentos da floresta e seu ecossistema. As estratégias de sobrevivência tradicionais de comunidade vivendo em (e de) ecossistemas florestais combinam, tipicamente, o compartilhamento de recursos florestais com pequenas faixas de terra de uso e propriedade familiar e a área de moradia. Contudo, com o avanço do desenvolvimentismo, os ecossistemas amazônicos estão sendo transformados de forma crescente e não por meio da interação entre os seres humanos e o restante da socionatureza, mas de acordo com a imposição de regras econômicas que mobilizam recursos e pessoas para a imediata acumulação e exportação do capital.

As intervenções políticas recomendadas pela UNEP⁵ (2003) para reduzir a pobreza por meio do manejo sustentável de ecossistemas incluem cinco diferentes “medidas” – liberdade de participação; facilidades econômicas; oportunidades sociais; garantia de transparências; e segurança ecológica – que não consideram as pressões sobre os povos tradicionais, as quais, como principais elementos da destituição de direitos sociais e degradação de ecossistema são a questão óbvia que ninguém

⁵ PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, ou UNEP – United Nations Environment Programme, no original em inglês (N.T.).

quer ver. Assim, a correlação entre pobreza e degradação de ecossistemas continua a ser amplamente associada a atividades econômicas, e apenas vagamente à negação (ou falta) de direitos e da execução da lei⁶. Igualmente, o desenvolvimentismo dominante e convencional é baseado na suposição de que a região tem recursos inesgotáveis que estão pronta e facilmente acessíveis e podem ser incorporados em transações comerciais. As tendências de desenvolvimento na região amazônica têm sido baseadas em narrativas sobre a abundância, e em grande parte servido como ferramenta política para aliviar conflitos fundiários e de participação social que se apresentam em outras partes do Brasil e da Bolívia. No entanto, escassez e abundância de recursos são termos relativos, e a questão sobre quais recursos podem ser apropriados por quem é uma questão altamente controversa na região amazônica (SCHMINK; WOOD, 1992). É evidente que o mesmo processo de desenvolvimento que cria a ilusão da abundância é responsável pela geração de uma inesperada escassez, em particular pelo cercamento de grandes porções de terra para (e por) criadores de gado e fazendeiros do agronegócio (HECHT, 2005). Um exemplo é a escassez de água potável dentro do maior reservatório de água potável no mundo:

⁶ Olhar Amechi (2009). (N.T.)

Nós precisamos de muitas coisas aqui. Água, precisamos de água. Porque, depois... agora, o verão é uma coisa longa e muito quente. Olha onde a água está, lá, quase do outro lado (Maria Ferreira, Pará).

Ou a falta de madeira em uma floresta:

Hoje, madeira para usarmos, não há muito. É difícil achar madeira. Não tem muito e o que tem ainda está muito, muito verde. Eles já pegaram a melhor parte. Então, o que eu faço é

cortar uma área, mas não das grandes, se for comparar o que nós fazemos e o que eles já tiraram. Além disso eu me chateio com o que aconteceu para cima no rio. Esse madeireiro que corta tanta madeira. Nós vemos os barcos passando (Vivaldo Francisco Pinto, Pará).

O maior responsável pelas instituições de propriedades privadas e tendências contra os povos tradicionais (e suas práticas) tem sido o Estado Nacional (IORIS, 2014). As ações do Estado, por si só, contribuem para a criação de instituições e a perpetuação da exclusão social, como na questão sobre os objetivos contraditórios entre o agronegócio e a mineração. A tentativa das forças hegemônicas em promover a privatização não apenas dá forma ao desenvolvimento e é a gênese da pobreza, como também tem sua parcela de influência na distorção das políticas de conservação ambiental. Como expressão desse argumento, pode-se pensar como, no nível micro, o discurso sobre manejo sustentável da floresta tem sido apropriado por madeireiros e agentes de desenvolvimento para que seja possível ditar como fazê-lo às comunidades tradicionais que têm direito ao uso da floresta (MEDINA et al., 2009). Tal característica do Estado, fundamentalmente anti-bens comuns, perpassa não apenas suas intervenções econômicas e sociais como também a formulação legislativa e os instrumentos regulatórios que aparentemente deveriam servir à restauração e à conservação ecológica. Durante o tempo em que esta pesquisa estava sendo realizada tanto o Brasil (sob o governo Lula e depois Dilma), quanto a Bolívia (sob o governo Morales) tiveram governos populistas que reconheceram a importância da floresta amazônica, mas paradoxalmente promoveram um aumento da exploração dos recursos e a intensificação do agronegócio na região. Por meio da ação do Estado, estratégias impactantes se tornaram uma parte crucial do desenvolvimento socioeconômico, mesmo que tais estratégias necessitassem igualmente de mecanismos que contivessem – ao

menos politicamente – a insatisfação dos pobres e destituídos. A consequência material dessa ideologia exploradora foi concentrar nas mãos do Estado a maior parte das decisões acerca das pressões a recaírem sobre o sistema socioecológico, enquanto se negociava também o nível e a distribuição dos impactos negativos. Crucialmente, o comprometimento do Estado com tal ideologia, essencial para o sucesso e a expansão da sociedade capitalista, é essencialmente antagônico ao discurso de democracia e redução da pobreza⁷.

A situação paradoxal de ricos ecossistemas nos quais se perpetua a pobreza coloca uma série de questões sobre o propósito e os beneficiários no processo de desenvolvimento e de intervenção estatal. Desde os primeiros momentos da colonização europeia, a floresta amazônica foi conectada ao mercado global com a apropriação de seus recursos e território e a violência contra os povos indígenas (VADJUNEC et al., 2009), a despeito de qualquer iniciativa de conservação ambiental (HETCH, 2005), baseando-se na expansão da desigualdade e da exclusão social (IORIS, 2007). De uma terra distante, de exuberante diversidade biológica, que fascinou exploradores por séculos, a região se tornou o centro de políticas nacionais de desenvolvimento que buscavam replicar ali abordagens tecnológicas, institucionais, e políticas advindas de outros contextos e lugares. O que resultou, atualmente, na acumulação da riqueza não apenas com a apropriação da terra e de seus recursos, mas principalmente com a dissolução de oportunidades que poderiam ser partilhadas coletivamente, e na introdução de uma complexidade socioecológica na esfera das transações comerciais (que resultam em degradação social e ecológica, e manutenção da pobreza). No limite, a concentração de terra em propriedades privadas também intensificou conflitos sociopolíticos e a violência contra o pobre (KIRBY et al., 2006). Os mecanismos políticos que permitiram tais dinâmicas são analisados a seguir.

⁷ A maior contradição do modelo econômico do governo brasileiro é sua dependência na exportação de recursos naturais (ferro e, em breve, óleo) e commodities primárias (soja, açúcar, café, etc.), particularmente porque nas áreas sob o domínio do agronegócio se conseguiram os maiores níveis de crescimento do PIB, mas também os menores níveis de redução da pobreza (IPEA, 2010).

POBREZA HEGEMONICAMENTE OPOSTA À SOCIONATUREZA

Por ter sido um processo baseado em poderosas instituições anti-bens comuns, o desenvolvimento na região amazônica é um fenômeno altamente politizado que favorece certos objetos e trabalha contra o que é visto por políticos como obsoleto e fora do lugar (a manutenção das práticas tradicionais de manejo da floresta e as necessidades não econômicas da maioria da população da região). O desenvolvimento acontece pela imposição de uma racionalidade específica do crescimento econômico que se baseia em uma hegemonia poderosa sobre a socionatureza e é, no limite, geradora de pobreza. Não apenas a sociedade, mas toda a socionatureza é imersa na política de desenvolvimento e criação da pobreza. No entanto, a maior parte das análises acadêmicas, sejam elas de acadêmicos de direita ou esquerda, tende a ignorar o fato de que conflitos entre donos de terra (ou recursos) e grupos empobrecidos não são apenas lutas políticas nas quais a floresta é o cenário. De acordo com essa leitura antropocêntrica da pobreza, as classes e raças servem para explicar a pobreza de um indivíduo, independente da forma como este se relaciona com a floresta. A pobreza é vista como algo pré-determinado (ou gerado) por interações sociais, mas separado das fortes e cotidianas interações com os sistemas florestais. Para a maioria dos autores mais à direita, os pobres têm necessidade de assistência, enquanto os autores mais à esquerda denunciam as situações de privação e suscitam mudanças. Mas ambos os grupos falham em conectar a geração da pobreza, e sua redução, com as cotidianas e intensas trocas e relações com a floresta.

A pobreza geralmente é descrita pelos programas governamentais sem referência à floresta ou a qualquer relação com ela. No discurso oficial sobre a redução da pobreza, os pobres são atores passivos do desenvolvimento regional ao mesmo tempo que a floresta é a vítima da extração de seus ricos recursos. A resposta típica para esses problemas seria a integração

mais eficaz das populações de baixa renda à economia e tratar de forma mais cuidadosa a natureza, o que ajudaria a justificar e melhorar os resultados do desenvolvimento. A visão de uma passividade da floresta nas políticas de redução da pobreza mais convencionais serve também para reduzir o papel que os pobres têm na reversão de sua própria condição. De maneira que é necessário recorrer à política socionatural da pobreza e a como os pobres sofrem privações sistemáticas nos processos que atravessam diferentes lugares e escalas (LAWSON et al., 2010). Porções significativas da Floresta Amazônica são agora paisagens da pobreza, territórios onde grupos ocupam pedaços de terra para prática de agricultura de subsistência ou semicomercial. Ao mesmo tempo, nessas paisagens de pobreza, a proximidade e a associação com a floresta constituem um importante mecanismo de proteção contra a fome e as incertezas econômicas.

Em contraste com teorias centradas em sociedades, as disputas entre classes, grupos e etnias são necessariamente fenômenos socionaturais que não apenas refletem as conexões com a socionatureza, mas também têm um papel importante na configuração permanente do mundo socionatural. As pressões do desenvolvimentismo convencional contra as populações tradicionais, discutidas acima, só têm lugar devido ao exercício de poder sobre a totalidade dos sistemas socionaturais – ou seja, não são pressões apenas sobre pessoas e grupos sociais – por grupos com interesses econômicos na região e em associação íntima com os agentes do Estado. Ao invés de estarem sujeitos a separações artificiais e pré-estabelecidas, humanos e não humanos são, de fato, constituídos em conjunto e constantemente recriam uns aos outros em relações de interdependência. Essa perspectiva rejeita a divisão convencional entre natureza e sociedade em favor de uma configuração híbrida do mundo que o considera simultaneamente natural e social. Do mesmo modo, a pobreza também é concebida por grupos marginais em termos espaciais e ecológicos; é uma condição inscrita no espaço produzido por relações sociais (e socionaturais) (GORDILLO, 2004).

O ecossistema amazônico é, na verdade, o produto de múltiplas trajetórias, tanto da “sociedade” quanto da “natureza”, evoluindo conjuntamente em inter-relações perenes e constantes transformações (vale mencionar, por exemplo, a prática ancestral de construção de lagoas por grupos indígenas de modo a regular as cheias e o fluxo dos rios amazônicos). A configuração sionatural é percebida com acuidade por grupos pesquisados, como se pode notar pelos excertos abaixo:

Porque o senhor sabe que a caça e o peixe não nascemos pra comer assim, né. Deus não deu pra comer assim... (...)
Os pobres só não conseguem se manter (apenas) se eles não quiserem. A floresta dá tudo a eles e os conforta com seu abraço macio (Luis dos Santos, Pará).

Eu trabalhei no campo, então viemos para cá e eu fui trabalhar no campo também, nas aberturas de mata. Aí então eu decidi começar na carpintaria, eu fiz muitas canoas. (...)
Eu que (a floresta) ajuda as pessoas a escaparem da pobreza. Como? Trabalhando em algo, sabe, trabalhando, plantando, colhendo – então você tem algo (Valdomiro Batista, Pará).

Tais afirmações hegemônicas influenciaram não apenas tendências econômicas, mas também o manejo e a conservação ambiental contemporânea, em particular a rápida adoção do pagamento por serviços ambientais (PSA⁸). O PSA é um conceito privilegiado na atualidade, pois traz a ideia de que os ecossistemas são socialmente valiosos, incluindo aquelas formas valiosas não imediatamente óbvias (DAILY, 1997). Na Floresta Amazônica, o PSA é tido como uma alternativa à agricultura de corte e queima ao incentivar pequenos agricultores a incluírem métodos de conservação da floresta que garantem a provisão de água, o sequestro de carbono, e a biodiversidade (IORIS, 2010). Em teoria, o PSA ofereceria a ponte entre as dimensões ecológicas e sociais

⁸ Em inglês, Payment for Ecosystem Services (PES). (N.T.)

dos ecossistemas. Contudo, na prática, esse é um instrumento que perpetua a dicotomia entre natureza e sociedade promovida por meio de planejamento, economia e tecnologia ocidentais. É, pois, um importante exemplo de um processo perturbador conhecido como “*green grabbing*”, que é a apropriação de terras e recursos com fins ambientais e envolve uma nova forma de valoração, commodificação, e mercantilização de pedaços e aspectos da natureza, além de uma extraordinária nova gama de atores e alianças (FAIRHEAD et al., 2012).

Igualmente, o conceito de serviços ambientais carrega consigo uma profunda despolitização tanto de demandas sociais (que são descritas como homogêneas em todos os grupos sociais e automaticamente justificadas, o que significa que não se consideram diferenciais nos padrões de consumo ou distribuição de bens e serviços) quanto da preservação ambiental (dado que impactos em ecossistemas, que reduzem a provisão de serviços ambientais, são tipicamente descritos como resultantes da ação humana em geral sem nenhum reconhecimento à assimetria das responsabilidades, ou culpa, de diferentes atores). O PSA dá ênfase na noção de “serviços” supostamente oferecidos aos humanos, o que, em consequência, exclui diretamente a possibilidade de uma perspectiva mais relacional e integrada. Em outras palavras, os seres humanos são retratados como os beneficiários (ou os recebedores) dos serviços disponíveis que irão satisfazer suas necessidades.

Do mesmo modo, o pagamento por serviços ambientais (PSA) opera como uma ferramenta de apropriação privada de áreas e usos comuns e da expansão de relações mercadológicas sobre sistema socioambientais. Ecossistemas são desligados de seu longo processo de evolução socioambiental e se tornam estáticos e passivos provedores de serviços. Tentativas de impor estratégias de preservação ambiental por meio da linguagem monetária, como no caso do PSA, só produzem resultados de curto prazo e reforçam a mesma hegemonia que produz a

degradação socioambiental primeiramente. A commodificação de tais “serviços ecossistêmicos” é parte de uma nova ordem social baseada em “abstrações sucessivas” e é comparável à transformação capitalista segundo a qual o trabalho humano individual se torna trabalho social (ROBERTSON, 2012). Na verdade, os pobres dependem dos ecossistemas locais não pelos supostos “serviços” que eles provêm, e sim porque os ecossistemas são parte de suas estratégias de sobrevivência. A vida cotidiana na floresta amazônica envolve a criação de uma gama extremamente complexa de relações, a partir das quais as pessoas ativamente constroem suas identidades e ajudam a moldar paisagens físicas e políticas em toda a região (VADJUNEC et al; 2009).

Em muitas das entrevistas feitas para esta pesquisa, as pessoas afirmavam que a floresta oferece oportunidades e lhes provê meios de sobrevivência, contudo é necessário que se trabalhe em conjunto com o ecossistema. A ética do trabalho do pobre tanto quanto o faz vulnerável à exploração econômica pode ser a base para sua autonomia política e causar o rompimento de sua tendência à pobreza. Trabalhar na e com a floresta é o caminho principal para se emancipar e escapar das condições mais terríveis de privação. Em contraste com o fácil discurso ambientalista urbano sobre proteger a floresta, a ética ambientalista dos pobres é baseada em esforço físico e conhecimento local aprofundado. Tal forma de ética ambiental é colocada em prática no constante retrabalho da floresta, uma prática socioambiental *perene*, segundo a qual trabalhar a floresta previne as formas mais severas de pobreza. Finalmente, a floresta (e o trabalho nela e com ela) também provê alguma garantia contra o sentimento generalizado de inquietação com relação à rápida apropriação e à conversão de largas porções da floresta realizadas por grandes fazendeiros, mineradoras e companhias de engenharia.

Para ser sincero, vivemos na pobreza, pois não temos tudo que precisamos para sobreviver aqui. Nós temos dificuldade

para conseguir o que realmente queremos, mas quase todo mundo aqui trabalha e é capaz de sobreviver do seu trabalho. (...) Eu acho que para nós, que vivemos distantes de grandes cidades e capitais, se acaba por depender de muitas coisas que nos desencorajam de continuar devido às dificuldades que encontramos durante o processo... (Pedro Soares, Pará).

Eu vou passar minha vida trabalhando debaixo do sol. Se nós não trabalharmos um dia, deixamos de comer por dois dias. Quem vai nos dar um copo d'água de graça na cidade? Ninguém. Na floresta nós não precisamos de dinheiro para comer (Emilio Castro, Pando).

Bom, eu acho que já nasci pobre. Já levaram tudo que podiam de mim. A sociedade foi sendo construída dessa forma já há muito tempo (...) Eu acho que a floresta é uma companheira para quem vive nela, mas isso não é suficiente – a floresta oferece uma parte e o governo não oferece nada? (Viane Castro, Pará).

Retrabalhar a floresta e trabalhar a floresta – por exemplo produzindo alimentos, artesanato e outros objetos que podem ser vendidos nos mercados locais – constituem as alternativas mais viáveis às tendências antagônicas a práticas coletivas tradicionais que se encontram no desenvolvimentismo convencional. O impasse entre o desenvolvimento e a criação da pobreza só pode ser superado com soluções substantivas encontradas por uma abordagem das relações sociais e dos recursos que seja contextual e com foco na esfera local (YAPA, 1996). As comunidades que vivem na floresta amazônica associam o valor da floresta com o valor de seu próprio trabalho, de tal maneira que ambas as esferas são inexoravelmente conectadas. Sua condição de pobreza é o resultado de uma poderosa hegemonia que é imposta simultaneamente a eles e à floresta (que existe como uma categoria socioambiental única), mas que não

diminui o valor que atribuem à vida comunitária. Ao mesmo tempo, nunca será possível superar a pobreza sem confrontar forças hegemônicas que desvalorizam continuamente o todo socioambiental e acumulam capital de elementos fragmentados dele (por exemplo: minérios, madeira, estoque de água, geração de energia, monocultivos, etc). A mera preservação das relações socioambientais não será suficiente para oferecer uma saída da pobreza se a estrutura hegemônica básica mantém seu controle sobre o ambiente para propósitos do desenvolvimentismo convencional e a assimétrica acumulação de capital.

CONCLUSÃO: RESISTINDO AO DESENVOLVIMENTISMO E MITIGAÇÃO DE CURTO PRAZO DA POBREZA

As seções anteriores discutiram a base anti-ecológica do desenvolvimentismo e o exercício da hegemonia sobre a socionatureza. Esses dois processos fundamentais, e sinergicamente conectados, formam a base da geografia da geração da pobreza que tem permeado as transformações na região amazônica em décadas recentes, particularmente na Bolívia e no Brasil. Enquanto resultados positivos foram conseguidos com algumas iniciativas e parcerias internacionais, os investimentos e programas de assistências falharam em produzir os resultados esperados em termos de uma tentativa de monetarização de características socioambientais da Amazônia como mecanismo de intervir na pobreza. Esforços para mitigar a pobreza e manter a floresta tenderam a ser frustrados por uma representação bastante simplista do desenvolvimento econômico e das múltiplas escalas por meio das quais operam os elementos constituintes da pobreza e da degradação ambiental. Abordagens inovadoras ao manejo florestal adotadas sob a égide da governança ambiental ofereceram, igualmente, soluções formais e estreitas (por exemplo, a certificação), que podem ser relevantes para fazendeiros, proprietários e comerciantes

de terras, mas são irrelevantes para os pobres (NEBEL et al., 2005). Do mesmo modo, tais programas são desacreditados em razão de suas limitadas estrutura e coerência representadas, entre outros, por falta de comunicação interinstitucional, falhas na implementação, e entregas fragmentadas de produtos e projetos, agravando o desmatamento e perpetuando a pobreza. Os pobres são sistematicamente estereotipados, assumindo-se serem também atrasados culturalmente e incapazes de escapar da pobreza por conta própria. Seus conhecimentos socioecológicos são desacreditados e seus direitos a suas atividades econômicas são restringidos pelas estruturas político-econômicas do manejo ambiental.

Esta pesquisa concluiu que muitos dos fracassos das políticas desenhadas para promover cenários de equidade no manejo fundiário e florestal no Brasil e na Bolívia são diretamente relacionados à separação (feita por tais políticas) dos elementos sociais e naturais que em realidade compõem o mesmo sistema socioambiental. No Brasil, a corrente desenvolvimentista convencional atuando sobre zonas de desmatamento florestal tem como foco, primordialmente, a melhoria de áreas agricultáveis e o uso “produtivo” da terra, o que cria vulnerabilidade para populações tradicionais, usos sustentáveis, sem terras, e grupos empobrecidos cujas técnicas agrícolas e cultura não se encaixam no padrão adotado. Na Bolívia, a transferência de famílias pobres para áreas que não oferecem as condições para suprir suas necessidades socioeconômicas promove o desmatamento e a expansão da pecuária ao mesmo tempo que destrói as interconexões entre os ecossistemas e as comunidades que deles dependem, agravando, portanto, a pobreza. Igualmente, os projetos que ajudem a viver nos novos ecossistemas adequando-se às suas características são feitos num esquema de cima para baixo e prescritivo, apenas em raras ocasiões envolvendo a participação ativa da comunidade, mesmo na escala local. Consequentemente, os esforços para redução da pobreza e conservação das florestas

têm sido dificultados por uma representação por demais simplista do problema e respostas fragmentadas a ecossistemas em mudança. No Brasil, as iniciativas desenvolvimentistas capitaneadas pelo governo tenderam a negligenciar as diferentes temporalidades da pobreza e a sazonalidade dos modos de vida, sendo que ambas frequentemente forçam os pobres a se voltarem para os recursos disponíveis que ofereçam renda mínima de forma rápida e segura. Do mesmo modo, o desconhecimento dos impactos das intervenções do manejo ambiental nas diferentes escalas cria uma escassez de empregos e terras, e também reduz as oportunidades de sobrevivência. Os resultados, em geral, são a migração masculina em busca de trabalho, o que contribui para uma pobreza local com características de gênero, disfunção familiar e problemas de saúde e segurança.

Embora o lema do governo federal seja “país rico é país sem pobreza”⁹, a principal reação do governo federal à pobreza tem sido uma série de esquemas de mitigação de curto prazo. Os programas de transferência de renda – que condicionam a transferência de renda a condições de vida e níveis de renda específicos, sendo o maior e mais conhecido deles o Bolsa Família –, foram introduzidos com o objetivo de reduzir a pobreza. No entanto, o pagamento da bolsa se dá mediante a condicionante que as crianças estejam na escola e sejam vacinadas. E, em 2011, foi criado outro programa, o Bolsa Verde, destinado àqueles ocupados em atividades extrativistas, exclusivo para a região da Amazônia brasileira, com um valor de R\$150,00/mês, em média, por família. Embora tais programas possam ter um impacto na redução da pobreza no curto prazo (ou ao menos enquanto o governo pode pagar por eles), eles formam parte de um cenário de heterogeneidade da era pós-liberal que combina economias liberais, mudanças de comportamento, e grandes intervenções sociais (BALLARD, 2013). E com a questão fundiária, um dos grandes problemas na maior parte dessas comunidades, e o principal fator a limitar a capacidade dos pobres de desenvolverem suas atividades produtivas que os tirariam da pobreza.

⁹ Esse foi o lema do primeiro governo de Dilma Rousseff, de 2011 a 2014, já iniciado quando da presente pesquisa e que abrange o arco temporal ao qual nos referimos.

Nas comunidades do baixo Tapajós, o Bolsa Família certamente aumentou o poder de compra de pessoas que anteriormente não tinham uma fonte de renda regular. Contudo, é possível perceber uma clara crítica sobre a dependência financeira e a discriminação sutil resultado da relação que se estabelece com os usuários do programa:

Embora eu receba o benefício eu sou contra ele. Eu preferia que o governo criasse políticas públicas que nos beneficiassem enquanto pequenos agricultores. Um crédito desburocratizado!! E assim teríamos acesso ao crédito... Por exemplo, você recebe R\$150,00 por mês, mas isso só é suficiente, realmente, para os materiais escolares das crianças. Não há outra política pública para nós! (Maria Ionete Sousa dos Santos, Pará).

Para aqueles que sofrem as consequências negativas do desenvolvimento, a pobreza nunca é um fenômeno simples, mas reflete a corrosão do socioambiental e a manifestação de outra escassez e privação que incluem a falta de um democracia verdadeira e oportunidades. Porém, embora os programas para a redução da pobreza, tanto em nível local quanto nos mais abrangentes, impliquem em passividade, grupos subalternos têm conseguido se rebelar contra as tendências e resultados negativos do desenvolvimento, como aconteceu em 1980 com o famoso movimento dos seringueiros liderados por Chico Mendes. A luta diária pela sobrevivência e por representação política ajuda a produzir um espaço social múltiplo, no qual as conexões entre a floresta e a comunidade local proveem as necessidades básicas de sobrevivência e a identidade do e no grupo (ADAMS, et al; 2009). Diferente de uma condição estática da pobreza, o dia-a-dia na floresta amazônica envolve uma complexa gama de relações que permitem que comunidades locais reflitam criticamente e resistam criativamente por meio de sua relação simbiótica com o

ecossistema florestal. Para os pobres dependentes da floresta, sua associação com o ecossistema amazônico é em si mesma a resposta para a criação geográfica da pobreza. Assim, deve-se lembrar que após o colapso da produção da borracha na região do baixo Tapajós (relacionado ao fechamento de Fordlândia em 1945), os pobres foram capazes de subsistir devido à sua interconexão com o ecossistema florestal, o que pode ser entendido como uma forma de resistência à crise da atividade capitalista na região amazônica após a segunda guerra mundial (GRANDIN, 2010). Comunidades locais ao longo de rios ou estradas, nas divisas entre grandes estados, e em reservas extrativistas, continuam a realizar uma atividade socioambiental importante e engenhosa, das quais podem emergir alternativas viáveis ao desenvolvimentismo hegemônico. A marginalidade desses grupos é, portanto, relativa, e a melhor opção para muitas dessas comunidades dependentes da floresta é reafirmar sua condição como de uma relação socioambiental e estabelecer alianças estratégicas em múltiplas escalas de ação. Suas demandas (múltiplas e cruciais) não começam a partir de uma posição de pobreza desenganada, mas de um acúmulo de força política que vem de sua interação com a floresta e outros grupos marginalizados na região e em outras partes do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adams, C., R. S.S. Murrieta, W. A. Neves and M. Harris (eds) (2009) *Amazon Peasant Societies in a Changing Environment*. Springer.
- Alcock, P. (2004) 'The Influence of Dynamic Perspectives on Poverty Analysis and Anti-poverty Policy in the UK', *Journal of Social Policy* 33(3): 395–416.
- Aldrich, S., R. Walker, C. Simmons, M. Caldas and S. Perz (2012) 'Contentious Land Change in the Amazon's Arc of Deforestation', *Annals of the Association of American Geographers* 102(1): 103–28.

- Amechi, E.P. (2009) 'Poverty, Socio-Political Factors and Degradation of the Environment in Sub-Saharan Africa: The Need for a Holistic Approach to the Protection of the Environment and Realisation of the Right to Environment', *Law, Environment and Development Journal* 5(2): 107–29.
- Appadurai, A. (2002) 'Deep Democracy: Urban Governmentality and the Horizon of Politics', *Public Culture* 14(3): 21–7.
- Bakker, K. (2010) 'The Limits of "Neoliberal Natures": Debating Green Neoliberalism', *Progress in Human Geography* 34(6): 715–35.
- Ballard, R. (2013) 'Geographies of Development II: Cash Transfers and the Reinvention of Development for the Poor', *Progress in Human Geography*, DOI: 10.1177/0309132512474739
- Barrett, C. B., A.J. Travis and P. Dasgupta, P. (2011) 'On Biodiversity Conservation and Poverty Traps', *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 108(34): 13907–912.
- Bebbington, A. (2007) 'Social Movements and the Politicization of Chronic Poverty', *Development and Change* 38(5): 793–818.
- Coomes, O. T., Y. Takasaki and J.M. Rhemtulla (2011) 'Land-use Poverty Traps Identified in Shifting Cultivation Systems Shape Long-term Tropical Forest Cover', *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 108(34): 13925–930.
- Cunha, E. R. P. (2005 [1909]) *À Margem da História* (At the Margin of History). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Daily, G. (1997) *Nature's Services: Societal Dependence on Natural Ecosystems*. Washington, DC: Island Press.
- Danziger, S. K. (2010) 'The Decline of Cash Welfare and Implications for Social Policy and Poverty', *Annual Review of Sociology* 36: 523–45.
- García Linera, A. (2012) Geopolítica de la Amazonía: Poder Hacendal-Patrimonial y Acumulación Capitalista (Amazon

- Geopolitics: Estate-Patrimonial Power and Capitalist Accumulation). La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional.
- George, H. (1979) *Progress and Poverty*. New York: Robert Schalkenbach Foundation.
- Gordillo, G. R. (2004) *Landscapes of Devil: Tensions of Place and Memory in the Argentinean Chaco*. Durham and London: Duke University Press.
- Grandin, G. (2010) *Fordlandia: The Rise and Fall of Henry Ford's Forgotten Jungle City*. London: Icon Books.
- Gray, L.C. and W.G. Moseley (2005) 'A Geographical Perspective on Poverty-Environment Interactions', *Geographical Journal* 171(1): 9–23.
- Hecht, S.B. (2005) 'Soybeans, Development and Conservation on the Amazon Frontier', *Development and Change* 36(2): 375–404.
- Heller, M. A. (1998) 'The Tragedy of the Anticommons: Property in the Transition from Marx to Markets', *Harvard Law Review* 111: 621–88.
- Holanda, S. B. (2000) *Visão do Paraíso* (Vision of the Paradise). São Paulo: Brasiliense.
- Ioris, A. A. R. (2007) 'The Troubled Waters of Brazil: Nature Commodification and Social Exclusion' *Capitalism Nature Socialism* 18(1): 28–50.
- Ioris, A. A. R. (2010) 'The Political Nexus between Water and Economics in Brazil: A Critique of Recent Policy Reforms', *Review of Radical Political Economics* 42(2): 231–50.
- Ioris, A. A. R. (2014) *The Political Ecology of the State: The Basis and the Evolution of Environmental Statehood*. London: Routledge.
- IPEA (Institute for Applied Economic Research) (2010) 'Dimensão, Evolução e Projeção da Pobreza por Região e por Estado no Brasil' (Extent, Evolution and Spread of Poverty by Region and State in Brazil). *Comunicados do Ipea* No. 58. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Isla, A. (2009) 'The Eco-Class-Race Struggles in the Peruvian Amazon Basin: An Ecofeminist Perspective', *Capitalism Nature Socialism* 20(3): 21–48.

Kindon, S., R. Pain and M. Kesby (eds) (2010) *Participatory Action Research: Approaches and Methods*. London and New York: Routledge.

Kirby, K. R., W. F. Laurance, A.K. Albernaz, G. Schroth, P.M. Fearnside, S. Bergen, E.M. Venticinque and C. da Costa (2006) 'The Future of Deforestation in the Brazilian Amazon', *Futures* 38(4): 432–53.

Lawson, V., L. Jarosz and A. Bonds (2010) 'Articulations of Place, Poverty, and Race: Dumping Grounds and Unseen Grounds in the Rural American Northwest', *Annals of the Association of American Geographers* 100(3): 655–77.

Lin, A. C. and D.R. Harris (2010) *The Colors of Poverty: Why Racial and Ethnic Disparities Exist*. New York: Russell Sage Foundation Publications.

Marx, K. (1956 [1847]) *The Poverty of Philosophy*. Moscow: Lawrence and Wishart (for the Foreign Languages Publishing House).

Marx, K. (1988 [1844]) *Economic and Philosophic Manuscripts and the Communist Manifesto*. Trans. M. Milligan. Amherst, NY: Prometheus.

Mawdsley, E. (2007) 'The Millennium Challenge Account: Neo-liberalism, Poverty and Security', *Review of International Political Economy* 14(3): 487–509.

Medina, G., B. Pokorny and B.M. Campbell (2009) 'Community Forest Management for Timber Extraction in the Amazon Frontier', *International Forestry Review* 11(3): 408–20.

Minang, P. A. and M. van Noordwijk (2013) 'Design Challenges for Achieving Reduced Emissions from Deforestation and Forest Degradation through Conservation: Leveraging Multiple Paradigms at the Tropical Forest Margins' *Land Use Policy* 31: 61–70.

Nebel, G., L. Quevedo, J. Bredahl Jacobsen and F. Helles (2005) 'Development and Economic Significance of Forest Certification: The Case of FSC in Bolivia', *Forest Policy and Economics* 7(2): 175–86.

- Ollman, B. (1976) *Alienation: Marx's Conception of Man in Capitalist Society*. 2nd edition. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Pacheco, P. (2006) 'Agricultural Expansion and Deforestation in Lowland Bolivia: The Import Substitution Versus the Structural Adjustment Model', *Land Use Policy* 23(3): 205–25.
- Peck, J. (2011) 'Global Policy Models, Globalizing Poverty Management: International Convergence or Fast-policy Integration?', *Geography Compass* 5(4): 165–81.
- Peet, R. and E. Hartwick (2009) *Theories of Development: Contentions, Arguments, Alternatives*. 2nd edition. New York and London: Guilford Press.
- PNUD (United Nations Development Programme) (2010) *Los Cambios Detrás del Cambio: Informe Nacional sobre Desarrollo Humano en Bolivia (The Changes behind the Change Inequalities and Social Mobility in Bolivia)*. La Paz: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo.
- PNUD (United Nations Development Programme) (2013) *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Atlas of Human Development in Brazil)*. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada and Fundação João Pinheiro.
- Pogge, T. (2008) *World Poverty and Human Rights*. 2nd edition. Cambridge, UK: Polity Press.
- Robertson, M. (2012) 'Measurement and Alienation: Making a World of Ecosystem Services', *Transactions of the Institute of British Geographers* 37(3): 386–401.
- Robinson, P. and C. Oppenheim (1998) *Social Exclusion Indicators: A Submission to the Social Exclusion Unit*. London: Institute for Public Policy Research.
- Room, G. J. (1999) 'Social Exclusion, Solidarity and the Challenge of Globalization', *International Journal of Social Welfare* 8(3): 166–74.
- Schmink, M. and C.H. Wood (1992) *Contested Frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press.

- Shubin, S. (2010) 'Cultural Exclusion and Rural Poverty in Ireland and Russia', *Transactions of the Institute of British Geographers* 35(4): 555–70.
- Simmons, C. S. (2004) 'The Political Economy of Land Conflict in the Eastern Brazilian Amazon', *Annals of the Association of American Geography* 94(1): 183–206.
- Simmons, C. S., R. T. Walker, E.Y. Arima, S. P. Aldrich and M.M. Caldas (2007) 'The Amazon Land War in the South of Pará', *Annals of the Association of American Geographers* 97(3): 567–92.
- Souza, A. L. and E.E. Filippi (2010) 'O Programa Amazônia Sustentável: Novas e Velhas Estratégias de Inserção Continental', *Amazônia - Ciência & Desenvolvimento* 6(11): 191–210.
- Taussig, M. (1987) *Shamanism, Colonialism and the Wild Man: A Study in Terror in Healing*. Chicago: University of Chicago Press.
- The Economist (01 June 2013). Poverty, Geography and the Double Dilemma. <http://www.economist.com/blogs/feastandfamine/2013/06/aid-agencies-future> (accessed 21 October 2013)
- Toillier, A., G. Serpantié, D. Hervé and S. Lardon (2011) 'Livelihood Strategies and Land Use Changes in Response to Conservation: Pitfalls of Community-Based Forest Management in Madagascar', *Journal of Sustainable Forestry* 30(1-2): 20–56.
- UNEP (United Nations Environment Programme) (2003) Poverty and Ecosystems: A Conceptual Framework. Twenty-second Session of the Governing Council/Global Ministerial Environment Forum. Document UNEP/GC.22/INF/30/Rev.1. Nairobi: United Nations Environment Programme.
- Vadez, V., V. Reyes-García, T. Huanca and W.R. Leonard (2008) 'Cash Cropping, Farm Technologies, and Deforestation: What are the Connections? A Model with Empirical data from the Bolivian Amazon', *Human Organization* 67(4): 384–96.
- Vadjunec, J. M., C.V.A. Gomes and T. Ludewigs (2009) 'Land-use/Land-cover Change among Rubber Tappers in the Chico

- Mendes Extractive Reserve, Acre, Brazil', *Journal of Land Use Science* 4(4): 249–74.
- Weinhold, D., E. Killick and E. J. Reis (2013) 'Soybeans, Poverty and Inequality in the Brazilian Amazon', *World Development* 52: 132–43.
- Yapa, L. (1993) 'What are Improved Seeds? An Epistemology of the Green Revolution', *Economic Geography* 69(3): 254–73.
- Yapa, L. (1996) 'What Causes Poverty?: A Postmodern View', *Annals of the Association of American Geographers* 86(4): 707–28.
- Zibechi, R. (2009) 'Gobiernos y Movimientos: Entre la Autonomía y las Nuevas Formas de Dominación', in: R. Hoetmer (ed) *Repensar la Política desde América Latina* (Rethink Politics from Latin America), pp. 185–94. Lima: Universidad Nacional de San Marcos.